

A remissão no novo Estatuto

ERNANI DE MENEZES VILHENA JÚNIOR
Promotor de Justiça

A sociedade evolui transformando conceitos e rompendo tabus. O Direito, como instrumento da sociedade, não pode furtar-se à evolução, acompanhando o progresso dos costumes, sob pena de tornar-se inexequível. O novo Estatuto da Criança e do Adolescente é a expressão viva da mais recente transformação experimentada pelo direito pátrio.

A criação de um sistema legal que conferisse à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direito, fazia-se necessária para acompanhar a experiência democrática de nosso tempo. Ao contrário da legislação anterior, o novo estatuto não trata apenas de menores em situação irregular, mas estabelece direitos e garantias a todas as crianças e adolescentes.

Dentre os avanços trazidos pelo novo direito do menor, destaca-se a remissão.

Sinônimo de perdão, a remissão pode atuar como causa de suspensão, extinção ou exclusão do procedimento de apuração do ato infracional.

A concessão das duas primeiras espécies de remissão compete à autoridade judiciária e, obviamente, só serão admitidas no curso do processo, quando madura a decisão, ou quando alcançado o objetivo a que se presta o procedimento: a educação e reintegração do adolescente às normas sociais de conduta. Funciona aí a remissão de forma similar ao julgamento antecipado da lide no Direito Processual Civil.

Já a remissão como forma de exclusão do processo, é atribuição do Promotor de Justiça, titular da ação sócio-educativa, e poderá ser concedida quando ficar constatado que o início do procedimento não trará benefícios ao adolescente, seja porque já atingido o objetivo perseguido, ou porque alcançada a composição visada pelo processo.

É a remissão o exercício de uma espécie de poder moderador, e tem como escopo a racionalização do procedimento, pois só permite a sua instauração ou continuidade quando verificada a sua real necessidade, poupando assim, o adolescente, das expiações de um processo prescindível, e a Justiça, da movimentação de todo um sistema, para a apreciação de questões de pequenas conseqüências, mais facilmente solucionadas extraprocessualmente. Além do que, contribui sobremaneira este instituto, para desafogar a máquina judiciária.

Eventualmente, ao conceder a remissão, o Promotor de Justiça poderá incluir a aplicação de medida sócio-educativa. Tais hipóteses poderão ocorrer quando, constatada a dispensabilidade do procedimento, carecer ainda o adolescente de uma providência que o ajude a reeducar-se e a cientificar-se de que seu ato afrontou uma regra de convivência social, e por isto não deverá ser repetido. Portanto, a meta de uma medida sócio-educativa é tão-somente a prevenção da reiteração do ato, através da conscientização do adolescente do erro cometido, pois não tem ela caráter retributivo, não é punição.

Sendo a remissão uma medida destinada principalmente aos atos infracionais de pequena monta, as medidas a ela eventualmente cumuladas também revelam-se de menor expressão, já que o art. 127 do estatuto excetua a cumulação de medidas que atentem contra a liberdade do adolescente.

O Promotor de Justiça, como titular da ação sócio-educativa, não está vinculado ao princípio da obrigatoriedade, mas sim ao da oportunidade da ação. A ação, que é o direito ao exercício da atividade jurisdicional, tem como condição o interesse de agir. Por conseguinte, a ausência de interesse implica em carência de ação. Uma vez concedida a remissão pelo Promotor de Justiça, aplicando-se ou não medida sócio-educativa, não há que ser iniciada a ação por falta de interesse de uma prestação jurisdicional, cujo objetivo já foi atingido. Se a pretensão da sociedade, representada pelo Promotor, foi satisfeita com a aplicação de uma medida que visa a reeducação do adolescente, e este, bem como seu representante legal, submeteram-se à medida, não caracterizou-se a lide, o conflito de interesses, e então, tornou-se dispensável a tutela jurisdicional. Ao revés, não satisfeito o adolescente ou seu representante legal, poderão recorrer a uma decisão judicial, exercendo o direito subjetivo público de ação, previsto expressamente no art. 128 do E.C.A.

Desse modo, a concessão da remissão como forma de exclusão do processo não contradiz, de forma alguma, o princípio da proteção judiciária, previsto no art. 5.º, inciso XXXV da Constituição Federal: "A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito". A semelhança do arquivamento do inquérito policial, onde não se vê inconstitucionalidade, a remissão, longe de concretizar uma medida absoluta, ao ser concedida pelo Promotor, deverá ser homologada pelo Juiz que, discordando da concessão, submeterá a questão à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, em rito análogo ao disposto no art. 28 do Código de Processo Penal.

O Direito vem evoluindo para aproximar-se cada vez mais dos ideais de justiça da sociedade. Destarte, tomando-se por base o âmbito criminal, superamos o sistema inquisitório, onde o Magistrado exercia funções atípicas à decisão do conflito, o que comprometia a sua parcialidade, tornando-se duvidosa a justiça da sentença. No atual sistema, acusatório, a divisão de poderes, atribuindo-se ao Promotor a iniciativa da ação, resguardou a imparcialidade do Juiz, com substancial aperfeiçoamento na distribuição da justiça. Via de conseqüência, só é admissível a atuação do Juiz quando iniciada a ação, mormente levando-se em conta o princípio da inércia da jurisdição, que veda ao Magistrado a apreciação de qualquer questão quando não provocado. Havendo composição entre as partes (pois trata-se a remissão de uma composição diferenciada), não há questão, não há litígio, e não poderá haver processo. Este só poderá ser iniciado por provocação da parte interessada.

Concluindo, funda-se a remissão na plenitude do exercício da titularidade da ação sócio-educativa.